

Projeto TURARQ

Turismo Arqueológico para Territórios de Baixa Densidade do Médio Tejo

Eduardo Ferraz ¹, Anícia Trindade ¹, Douglas Cardoso ^{2,3},
Hugo Gomes ^{2,4,5}, Marco Martins ^{2,4}, Sara Garcês ^{2,4,5},
Sérgio Nunes ^{7,8}, Luís Mota Figueira ⁶, Regina Delfino ¹,
Joana Rey ⁶, Rita Anastácio ², Anabela Borralheiro Pereira ^{4,5}
e Luiz Oosterbeek ^{2,4,5}

1. INTRODUÇÃO

A conceção do projeto TURARQ teve por base a Arqueologia da Paisagem, ou seja, o território e a integração deste num determinado ecossistema. O objetivo é o de propor uma abordagem ao turismo que deixe de conceber a arqueologia como uma série de sítios individuais e sem relações, passando a integrar o território com o povoamento humano, na forma de itinerários paisagísticos. Neste sentido, o foco concetual e analítico de um programa de turismo arqueológico deve ser a construção partilhada de conhecimento, assente na interpretação das relações entre as dinâmicas humanas do passado e a sua interação com o território. O ponto de partida não são os sítios arqueológicos enquanto espaços unidimensionais e isolados do contexto territorial, mas a paisagem e a sua história. Os itinerários, que se podem definir como percursos que ligam partidas e chegadas, incluem os sítios que sintetizam determinadas vivências no tempo e no espaço, materializando paisagens territoriais.

O turismo cultural foi reafirmado pela Organização Mundial do Turismo (WORLD TOURISM..., 2018) como um elemento importante do consumo turístico internacional, representando cerca de 40 % das chegadas turísticas. A investigação nesta área do turismo obteve um incremento significativo, nomeadamente nos domínios do consumo, da motivação cultural, da preservação do património, da economia, da antropologia e das suas relações com a inovação e a criatividade. As principais tendências da investigação incluem a passagem do património material para o imaterial e a expansão da cobertura geográfica, refletindo-se numa integração das ciências sociais com a mobilidade, o desempenho e a criatividade (RICHARDS, 2018).

De acordo com RAKITOVAC, UROŠEVIĆ e VOJNOVIĆ (2019), o arqueoturismo ou turismo arqueológico é um tipo complementar de turismo cultural que visa promover a paixão pela proteção e valorização dos sítios históricos. Assim, o turismo arqueológico é um tipo de turismo cultural sob o qual são apresentados serviços e produtos turísticos em

RESUMO

Apresentação do projeto TURARQ, que tem como objetivo principal promover o turismo científico e cultural em territórios de baixa densidade do Médio Tejo português (municípios de Abrantes, Constância, Mação, Tomar e Vila Nova da Barquinha), gerando riqueza e novos empregos, apostando no usufruto presencial do património arqueológico e nos meios de divulgação digital.

O projeto pretende contribuir para uma gestão patrimonial integrada na região, a fixação de capital humano, a mobilização de recursos dedicados à sua capacitação e a valorização do património existente. Visa ainda promover o desenvolvimento comunitário, a coesão do território e a sua preservação, numa lógica de sustentabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia; Etnoarqueologia; Gestão do Património; Turismo; Sustentabilidade; Médio Tejo.

ABSTRACT

Presentation of the TURARQ project, whose aim is to promote scientific and cultural tourism in low density territories of the Medium Tagus in Portugal (municipalities of Abrantes, Constância, Mação, Tomar and Vila Nova da Barquinha) by generating wealth and employment opportunities through in loco enjoyment of archaeological heritage and digital dissemination media.

The project aims to bring to the region an integrated heritage management, the settlement of more skilled human resources and the valorisation of the existing heritage.

Moreover, it seeks to promote community development, territorial cohesion and preservation in a sustainable way.

KEY WORDS: Archaeology; Ethnoarchaeology; Heritage Management; Tourism; Sustainability; Medium Tagus.

RÉSUMÉ

Présentation du projet TURARQ qui comme objectif principal de promouvoir le tourisme scientifique et culturel dans des territoires de basse densité du Moyen Tage portugais (municipalités de Abrantes, Constância, Mação, Tomar et Vila Nova da Barquinha), générant de la richesse et de nouveaux emplois, pariant sur l'usufruit présentiel du patrimoine archéologique et sur les moyens de divulgation digitale.

Le projet prétend contribuer à une gestion patrimoniale intégrée à la région, à la fixation du capital humain, à la mobilisation de ressources dédiées à sa qualification et à la valorisation du patrimoine existant. Il tend également à promouvoir le développement communautaire, la cohésion du territoire et sa préservation, dans une logique de durabilité.

MOTS CLÉS: Archéologie; Ethnoarchéologie; Gestion du patrimoine; Tourisme; Durabilité; Moyen Tage.

¹ TECHN&ART - Centro de Tecnologia, Restauro e Valorização das Artes, IPT.

² CGEO - Centro de Geociências, IPT.

³ Ci2 - Centro de Investigação em Cidades Inteligentes, IPT.

⁴ Instituto Terra e Memória, Mação, Portugal.

⁵ Museu de Arte Pré-Histórica e do Sagrado do Vale do Tejo, Mação, Portugal.

⁶ IPT - Instituto Politécnico de Tomar, Tomar, Portugal.

⁷ CIAEGT - Centro de Investigação Aplicada em Economia e Gestão do Território, IPT.

⁸ DinâmiaCET - Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Portugal.

Por opção dos autores, o texto segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990.

que os recursos arqueológicos são as principais atrações, e em que a principal motivação da viagem é a visita a atrativos no destino ou, pelo menos, constitui uma parte importante do respetivo itinerário. Os principais objetivos do turismo arqueológico são a promoção do interesse público pela arqueologia e a preservação do património arqueológico. Os sítios arqueológicos e as atividades associadas podem tornar-se atrativos turísticos desde que exista uma gestão integrada dos mesmos, sendo por isto necessário estudar e avaliar as implicações económicas, as dimensões das políticas públicas, a integração de outros atores e o envolvimento da comunidade nesta recente atividade económica (MELGAREJO e LÓPEZ, 2017).

A simbiose entre recursos arqueológicos tendencialmente perfeitos e um processo de coerência territorial enraizado na região pode contribuir para a valorização do património da esfera individual para a esfera coletiva, institucional ou mesmo internacional (NUNES e SOUSA, 2019a). A conceção do turismo arqueológico enquanto singularidade territorial é uma condição necessária para a consolidação de dinâmicas de competitividade e de coesão territorial no Médio Tejo.

A região do Médio Tejo apresenta elevado potencial estratégico na relação entre património e turismo, no qual se estima que as dimensões de proximidade, dispersão territorial e co-construção de conhecimento venham a ser estruturalmente relevantes (OOSTERBEEK *et al.*, 2020), justificando-se, por isso, a investigação e a valorização do património arqueológico desta região, que representa mais de 90 % dos seus recursos patrimoniais e que apresenta uma distribuição equilibrada por todo este território.

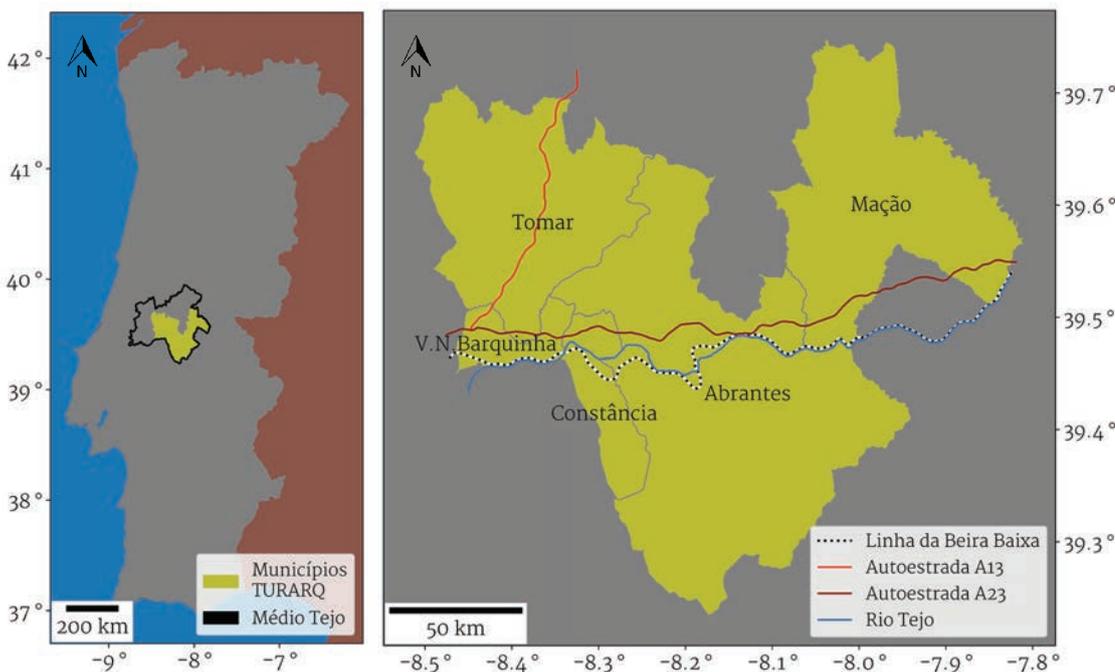
O Instituto Nacional de Estatística (INSTITUTO..., 2022) estima que, em 2021, o número de chegadas a Portugal de turistas não residentes tenha atingido 9,6 milhões, correspondendo a um crescimento de 48 % face a 2020 (6,5 milhões), representando apenas 39 % do valor obtido em 2019 (24,6 milhões). Uma parte substantiva deste potencial turístico deveria ser atraída para os territórios de baixa densidade¹, que registam um crescente despovoamento, reforçado pela sua interioridade geográfica (ALMEIDA, 2017). Segundo a Pordata, a região do Médio Tejo, em duas décadas, teve um decréscimo populacional de 10 % (média de indivíduos / km²: 76,1 em 2001 e 68,6 em 2021 – valor preliminar²), mas em sentido oposto, na última década (pré-pandemia), o turismo evidenciou um crescimento de 133 % (dormidas / 100 habitantes: 256,6 em 2009 e 597,2 em 2019 – valor preliminar³).

O presente artigo descreve a estrutura e as principais ações do projeto TURARQ - Turismo Arqueológico para Territórios de Baixa Densidade do Médio Tejo. Este projeto tem como objetivo principal contribuir para o desenvolvimento da região do Médio Tejo, encontrando-se a ser executado, em fase piloto, nos municípios de Abrantes, Constância, Mação, Vila Nova da Barquinha e Tomar. Estes municípios confinam com o rio Tejo e são atravessados pelos eixos rodoviários A23 / A13 e ferroviários da linha da Beira Baixa e ramal de Tomar (Fig. 1).

O projeto tem potencial para ser replicado aos restantes municípios do Médio Tejo classificados de baixa densidade, e desenvolvido em territórios supra-regionais e internacionais.

¹ Classificação de acordo com a Deliberação da Comissão Interministerial de Coordenação Portugal 2020 - Alteração da deliberação relativa à classificação de territórios de baixa densidade para aplicação de medidas de diferenciação positiva dos territórios, 2015-07-01.
² Ver <https://bit.ly/3ILHj46> (acedido em 2023-02-10).
³ Ver <https://bit.ly/3OGnNVL> (acedido em 2023-02-10).

FIG. 1 – Localização do Médio Tejo e municípios envolvidos no projeto.



FONTES: Portal de dados abertos da Administração Pública; Direção-Geral do Território - Sistema Nacional de Informação Cadastral; Agência Portuguesa do Ambiente - Sistema Nacional de Informação de Ambiente.

2. ESTRUTURA DO PROJETO

A organização do projeto TURARQ considera estratégias que pretendem valorizar as bases de conhecimento, através da articulação entre o turismo e os vestígios arqueológicos integrados com o território, contribuindo para a preservação da identidade e da manutenção das comunidades locais, numa perspetiva humanista e não etnocêntrica. O projeto procura levar em consideração as externalidades inerentes ao desenvolvimento turístico em territórios de baixa densidade (BISCAIA *et al.*, 2021), adotando uma abordagem sustentável (HALL, 2019) que contribua para:

- i)** Aumentar o envolvimento da população residente com o património;
- ii)** Fomentar uma rede de parceiros locais e regionais;
- iii)** Reforçar o papel do território como “*laboratório pedagógico ao ar livre*” através dos programas educativos;
- iv)** Concretizar a estratégia para o conhecimento no território;
- v)** Reforçar a cooperação entre entidades públicas e privadas e a instituição de ensino superior na região - Instituto Politécnico de Tomar (IPT);
- vi)** Potenciar o desenvolvimento do turismo sustentável no território;
- vii)** Reforçar a componente da comunicação enquanto forma de promoção territorial.

O projeto TURARQ, em execução, com uma duração de dois anos, finalizando no final do presente ano, foi estruturado nos seguintes sete eixos (traduzidos operacionalmente em “*workpackages*”): 1) inventário de recursos arqueológicos; 2) ciência e investigação; 3) educação e capacitação; 4) preservação e valorização; 5) turismo e desenvolvimento comunitário; 6) comunicação e *marketing*; e 7) gestão.

2.1. INVENTÁRIO DE RECURSOS ARQUEOLÓGICOS

A identificação e sistematização dos recursos identificados num determinado local é determinante no processo de desenvolvimento turístico e consegue-se através da execução de um inventário. Este processo permite a diferenciação dos locais, a sua classificação e a posterior avaliação do seu potencial turístico, bem como o estabelecimento de medidas de valor para alicerçar a decisão relativa ao aproveitamento do território (CUNHA, 2008; NUNES e SOUSA, 2019a; LOPES *et al.*, 2022). De acordo com o artigo 19.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, entende-se por inventariação “*o levantamento sistemático, atualizado e tendencialmente exaustivo dos bens existente a nível nacional, com vista à respetiva identificação*”, e que “*o inventário abrange os bens independentemente da sua propriedade pública ou privada*”. A inventariação para o turismo é importante na medida em que a sistematização da listagem dos recursos dá a conhecer o que existe. Se não se souber o que existe, não se preserva e não se valoriza, logo não se visita, e o recurso não tem atratividade.

O inventário é uma importante ferramenta para a gestão territorial uma vez que possibilita a compilação de informações necessárias ao

planeamento turístico, devendo permitir uma atualização constante das bases de dados. Para a sua execução é necessário o mapeamento do território, ou seja, definir qual a área geográfica que se pretende inventariar. Este processo poderá ser elaborado com recurso a Sistemas de Informação Geográfica (SIG). FITZ (2008) define os SIG como sistemas constituídos por um conjunto de programas computacionais que integram dados de equipamentos e de pessoas, com objetivo de recolher, guardar, recuperar, trabalhar, visualizar e analisar dados referenciados a um sistema de coordenadas. UMBELINO e MACEDO (2008) acrescentam que os SIG pretendem simular a realidade do espaço, admitindo o armazenamento, manipulação e apreciação de dados geográficos num ambiente computacional. Os SIG são ferramentas que podem ser utilizadas como matéria-prima na indústria do turismo (ANASTÁCIO, 2012) e, como tal, contribuem para melhorar os serviços oferecidos neste mercado, dado terem a capacidade de fazer chegar informação sobre os recursos turísticos à comunidade e a outros agentes (SOUSA e FERNANDES, 2007). Se o turista tiver um acesso fácil à informação existente em cada região a partir da Internet, do telemóvel, do televisor, de quiosques, a possibilidade de se deslocar ao local é maior (SOUSA e FERNANDES, 2007; DEVILLE *et al.*, 2014).

Este eixo tem como atividade principal o levantamento dos recursos (património arqueológico e património natural) existentes no território do projeto. Pretende-se também que sirva como ferramenta que ajude a definir o plano estratégico turístico. O património resultante deste levantamento será catalogado nas seguintes categorias:

- i)** património arqueológico pré-histórico e proto-histórico;
- ii)** património arqueológico da antiguidade;
- iii)** património arqueológico medieval;
- iv)** património arqueológico moderno e industrial;
- v)** património arqueológico contemporâneo e etnográfico;
- vi)** sítios classificados e respetivo estado de conservação.

Como atividade complementar, este eixo recolherá informação relacionada com:

- i)** património natural (bio e geomorfológico);
- ii)** sítios arqueológicos e conjuntos arqueológicos com uma gestão turística específica que garante a sua preservação, conservação, valorização e oferta de serviços básicos aos utilizadores;
- iii)** museus e centros de interpretação com temas relacionados com a arqueologia;
- iv)** salas de formação arqueológicas associadas a sítios arqueológicos, museus ou centros de interpretação;
- v)** rotas e percursos estruturados em torno de temas relacionados com a arqueologia;
- vi)** eventos e festivais relacionados com arqueologia, sejam eles realizados em espaços fechados ou em espaços abertos;
- vii)** revistas, jornais, rádios e meios de difusão locais e regionais;

viii) Atividades frequentes de investigação (por exemplo, campos de trabalho para estudantes e/ou diplomados, campanhas arqueológicas, seminários e palestras).

Em paralelo com as atividades anteriormente descritas, serão recolhidos dados e informações relacionados com a atenção dada ao visitante, com os recursos existentes para a promoção e *marketing* do território, e que permitam fomentar de qualidade do produto turístico, nomeadamente:

- i) oferta de hotelaria e de restauração;
- ii) número e tipo de turistas;
- iii) existência ou inexistência de organismos de gestão turística (municipal e privados);
- iv) número e tipo dos recursos humanos afetos a entidades de turismo (municipais e privadas).

O produto resultante deste levantamento contribuirá para a construção de itinerários turísticos de base territorial e paisagística, onde se centra o projeto TURARQ.

2.2. CIÊNCIA E INVESTIGAÇÃO

O projeto TURARQ é um projeto de âmbito científico, que estuda o património arqueológico de uma determinada região do Médio Tejo, na forma como esse património se enquadra no território, ou seja, na estruturação de uma paisagem específica, por forma a promover e

valorizar esta paisagem para atrair de forma crescente e sustentável um público-alvo específico – o turista científico –, e que este público-alvo interaja com esta paisagem promovendo a criação de valor baseado em conhecimento.

A interligação do conhecimento com a comunidade científica promove e amplia a investigação científica de uma determinada linha de investigação. Os objetivos deste projeto estão em concordância com as linhas de investigação das três unidades de investigação e desenvolvimento acreditadas pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), e que fazem parte da estrutura orgânica do IPT: o Centro de Geociências - Cluster de Quaternário e Adaptações Humanas (CGEO), com sede na Universidade de Coimbra; o Centro de Tecnologia, Restauo e Valorização das Artes (TECHN&ART) e o Centro de Investigação em Cidades Inteligentes (Ci2), ambos sediados no IPT. O enquadramento do projeto nos programas estratégicos da Cátedra Unesco do IPT e, consequentemente, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), possibilitará uma dinâmica conjunta na coesão territorial e na estratégia turística, que se articula com as dimensões da malha patrimonial, nomeadamente a arqueológica, apoiada na pesquisa e inovação do turismo científico como recurso económico para a valorização e o desenvolvimento territorial, e nos recursos digitais com o desenvolvimento e a implementação de novas soluções integradas vinculadas, por exemplo, em computação em nuvem, gestão de grandes dados, inteligência artificial e internet das coisas (Fig. 2).

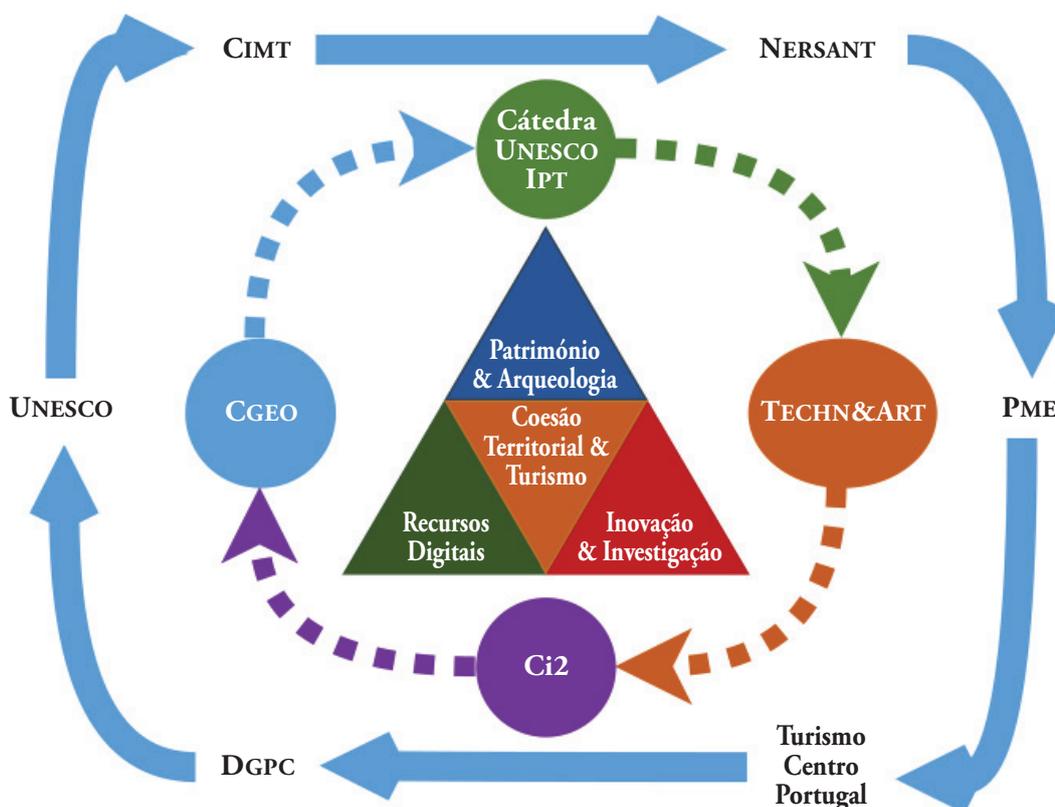


FIG. 2 – Entidades, parceiros e prisma de coesão.

Este projeto inscreve-se numa lógica progressiva de estruturação de uma rede de cidades inteligentes, o que implica a integração de saberes e experiências tradicionais com novas tecnologias e recursos digitais (LI *et al.*, 2017), sem secundarizar a fruição através de experiências analógicas. A integração da inovação digital na evolução turística poderá ser essencial para consolidar a gestão estratégica e o planeamento de comunidades sustentáveis que mantenham os residentes e convidem os visitantes a investir, viver e estudar nestes locais (NUNES, COOKE e GRILO, 2021).

2.3. EDUCAÇÃO E CAPACITAÇÃO

A educação patrimonial constitui uma ferramenta fundamental para a sensibilização de crianças, jovens e adultos para a importância do património e para a necessidade da sua preservação, uma vez que só se pode valorizar e, conseqüentemente, preservar aquilo que verdadeiramente se conhece.

O reforço da capacitação dos operadores turísticos locais e regionais contribuirá para os encorajar a adotar estratégias sustentáveis, por exemplo, assentes na economia circular dos seus produtos e serviços, e que, de acordo com STEFANAKIS e NIKOLAOU (2021), permitirá desenvolver, estabelecer e proteger estruturas sociais e culturais baseadas em conhecimentos interdisciplinares e competências diversas. O conceito de economia circular tem subjacente a utilização de estratégias, práticas, políticas e tecnologias para alcançar objetivos relacionados com a reutilização, reciclagem, redesenho, refabricação, remanufatura, remodelação e recuperação de águas, resíduos e subprodutos (inorgânicos ou orgânicos, onde se incluem os nutrientes) para preservar os recursos naturais (STEFANAKIS e NIKOLAOU, 2021).

GEISSDOERFER *et al.* (2017), NUNES (2019), HYSÄ *et al.* (2020) e STEFANAKIS e NIKOLAOU (2021) definiram os seguintes padrões de consumo e de produção sustentável:

- i) uma gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais;
- ii) a redução do desperdício de alimentos *per capita* a nível mundial, no retalho e no consumidor final, bem como ao longo das cadeias de produção e de abastecimento, incluindo as que ocorrem pós-colheita;
- iii) uma gestão ambientalmente saudável dos produtos químicos e de todos os resíduos ao longo do ciclo de vida destes, e uma redução dos seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente;
- iv) redução de resíduos por meio da prevenção, da redução, da reciclagem e da reutilização;
- v) a adoção de boas práticas sustentáveis de acordo com as prioridades nacionais e internacionais;
- vi) e, por último, a disseminação de informação relevante e ações de consciencialização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza.

Este projeto defende também a necessidade de preservar “saberes e fazeres” antigos, tradicionais e muitas vezes esquecidos, que em si mesmos

preconizam a relevância e a importância de recuperar subprodutos e resíduos provenientes de atividades desenvolvidas local ou regionalmente, com origem quer na mesma fileira produtiva, quer em outras fileiras, acrescentando valor e minimizando ou suprimindo as necessidades da sociedade, num ciclo contínuo. A preservação destes “saberes e fazeres”, um conhecimento tácito interpessoal, representa o acesso a um rico e vasto legado cultural, do qual as gerações vindouras poderão usufruir. Importa ainda manter e disseminar este conhecimento e consciencializar os diferentes sectores produtivos para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza. A etnoarqueologia tem produzido resultados que se integram nesta lógica de salvaguarda ativa, através da transformação dos recursos arqueológicos e etnográficos em atrativos para o turismo, mais enriquecidos com estas envolventes que potenciam a experiência territorial, social e organizacional dos visitantes. Neste sentido, é importante reforçar e incrementar a produção do sector turístico, capacitando recursos humanos sensibilizados para o turismo e para a importância do património arqueológico como meio de atração de turistas científicos.

Em articulação com a CIMT - Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, a NERSANT - Associação Empresarial da Região de Santarém, e as Pequenas e Médias Empresas (PME) locais e regionais (Fig. 2), identificar-se-ão as principais competências a adquirir e a desenvolver pelos diferentes atores que operam direta ou indiretamente no setor do turismo, com o intuito de estimular o sentimento de pertença em relação ao seu território e ao património (natural e cultural) que este integra. A aquisição destas competências deverá também fomentar o desenvolvimento do artesanato e a criação de novos produtos locais, com base nos recursos endógenos do território, assentes em estratégias de economia circular e estabelecendo uma ligação fundamental entre a reengenharia de processos dos “saberes e fazeres” tradicionais, antigos, esquecidos e/ou atuais.

Em termos operacionais, serão realizadas ações de capacitação de curta duração baseadas nas competências necessárias e suficientes aos diferentes parceiros envolvidos no território, nomeadamente sobre os elementos patrimoniais relevantes do Médio Tejo. A par da dinamização destas ações, e em estreita articulação com outras entidades parceiras do projeto (Fig. 2), serão concebidos recursos e materiais didáticos (por exemplo, guias e manuais técnicos, entre outros) que auxiliem a compreensão dos diversos conteúdos.

2.4. PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO

O turismo é uma atividade económica que apropria território e bens (naturais e culturais) em constante mudança, que deve explorar variados nichos. A título de exemplo, QUESADA-ROMÁN *et al.* (2022) compilaram informação relacionada com o turismo geológico na América Central, e o património cársico no Equador foi abordado numa perspetiva turística por CONSTANTIN *et al.* (2018).

O binómio turismo-preservação terá de ter em conta as externalidades negativas da atividade turística reconhecidas na literatura (NUNES e COOKE, 2021; NUNES, COOKE e GRILLO, 2021). Neste contexto, é necessário definir e implementar uma estratégia de preservação assente nos recursos naturais (biodiversidade e geodiversidade) presentes no território e nos valores culturais repercutidos na paisagem, trabalhando estas dimensões de uma forma holística e assegurando que as gestões dos sítios arqueológicos tenham em consideração a vulnerabilidade deste património.

A estratégia de preservação proposta pelo projeto TURARQ terá por base a avaliação das potenciais ameaças a que o património arqueológico presente na região está sujeito (Fig. 3). Estas ameaças dividem-se em dois segmentos: naturais e antrópicas. Nas primeiras destacam-se, pelo elevado potencial de destruição num curto espaço de tempo, as

que estão associadas aos desastres ou catástrofes naturais, cada vez mais frequentes e intensos. O enquadramento geomorfológico onde se localizam os sítios arqueológicos poderá ser um fator de incremento da vulnerabilidade deste património à sua erosão. Algumas das ameaças descritas (por exemplo, maremoto e erupção vulcânica) não ocorrem no território do Médio Tejo. As ameaças antrópicas relevantes devem focar-se nas que se podem controlar de forma “previsível” como, por exemplo, o turismo, o vandalismo e o roubo. A guerra, a construção de barragens, diques, estradas e caminhos de ferro, a poluição, entre outros, para além de serem ameaças “imprevisíveis” no tempo, têm avaliação sujeita a condicionantes que são exógenas ao projeto.

A segunda fase da estratégia de preservação passará pela elaboração de um plano de gestão de risco que abordará questões como: capacidade de carga, acessos, acessibilidade / inclusão, resíduos, nomeadamente

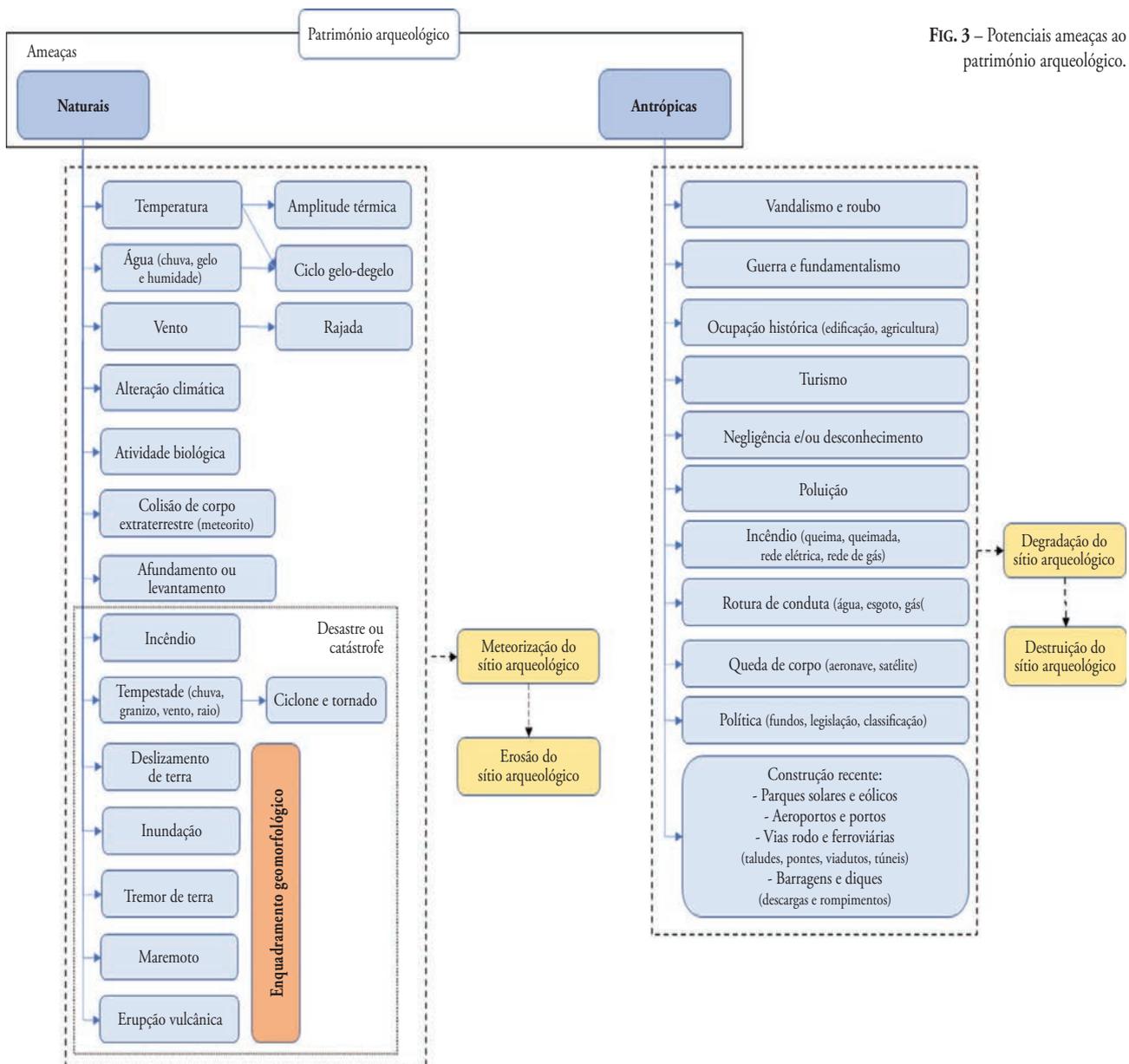


FIG. 3 – Potenciais ameaças ao património arqueológico.

os sólidos, limpeza, sinalização e estruturas para repouso, observação e segurança (Fig. 4). De realçar a importância deste plano de gestão de riscos para uma adequada gestão do fluxo de visitação combinada com os códigos de conduta do visitante. O estado de preservação deve ser monitorizado, por exemplo, com recurso a uma aplicação móvel, tendo também como finalidade pedagógica pretender que cada visitante seja um “*agente de proteção do património*”. O plano de gestão de risco poderá dar origem a um manual de boas práticas que será integrado com os circuitos implementados na região, por exemplo, os Caminhos da Arte Rupestre Pré-histórica (Itinerário Cultural do Conselho da Europa), os percursos pedestres (grandes rotas e pequenas rotas) e os itinerários locais promovidos pelos municípios e pelas freguesias. A questão dos incêndios e do socorro, quer em ambiente urbano, quer em ambiente florestal, deve estar integrada com os diversos planos municipais implementados no território.

O inventário dos recursos arqueológicos (ponto 2.1) também identifica a seu estado de preservação, interferindo no plano de gestão de riscos, com vista a minimizar a degradação do recurso e apoiar eventual ação de conservação ou restauro.

Esta estratégia deve estar fortemente articulada com a proteção (local, regional ou nacional) dos sítios arqueológicos, deve estar alinhada com as demais entidades gestoras presentes no território e, em última instância, caso seja necessário, deverá induzir a intervenções de conservação e restauro. A estratégia de preservação a implementar pelo projeto deve

ser um instrumento fundamental de sinalização de situações anómalas, e contribuir para os processos de tomada de decisão no que concerne às eventuais ações de conservação e restauro a serem adotadas, por forma a que o património arqueológico seja valorizado e que, consequentemente, seja admirado e fruído pelas gerações vindouras.

A estratégia de preservação deverá definir ações para a preservação do património arqueológico, contribuindo para a sua sustentabilidade socioeconómico e ambiental, tais como:

- i) dinamização de ações de educação ambiental para preservação e valorização em articulação com os centros de interpretação existentes;
- ii) identificação de iniciativas antivandalismo e antirroubo;
- iii) fomentar a implementação de sinalética indicativa, painéis informativos e mesas interpretativas;
- iv) elaboração de manual de boas práticas.

2.5. TURISMO E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

A chancela da Unesco, no que se refere à classificação de Património Mundial, Reserva da Biosfera ou Geoparque Mundial, além de indutora de especialização do turismo (PIOTROWSKI, AREZKI e CHERIF, 2009), sugere um equilíbrio entre a preservação de identidade e a promoção turística nas regiões inerentes (CHEUNG, 2013; ROMAGNOLI, 2019; NETO DE CARVALHO e RODRIGUES, 2020). A sugestão apriorística da chancela da Unesco significar maior atratividade e promoção turística

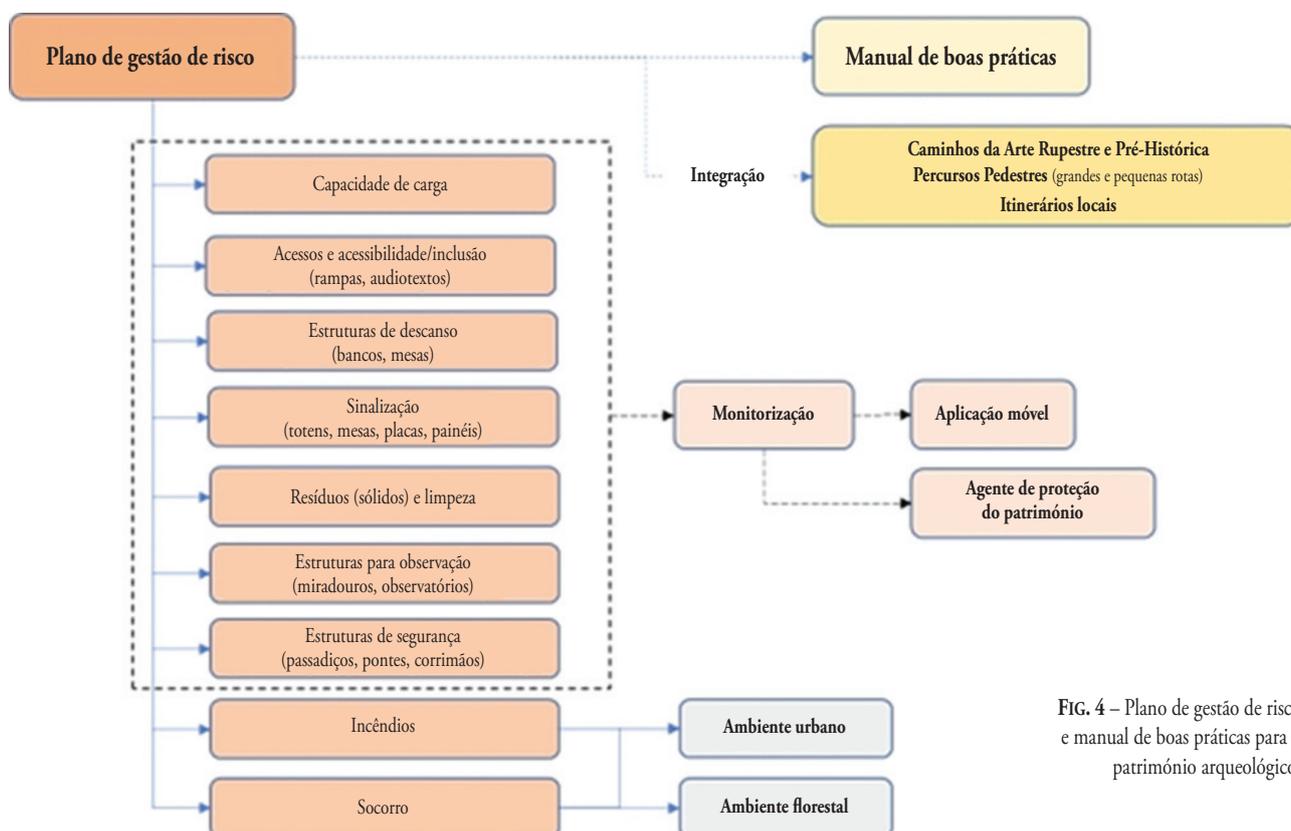


FIG. 4 – Plano de gestão de risco e manual de boas práticas para o património arqueológico.

nem sempre se concretiza no imediato. PARK, MUANGASAME e KIM (2021) sugerem que tal carece de ações devidamente articuladas no território, sendo que o binómio preservação identitária-atividade turística deve ser equilibrado numa ótica de sustentabilidade dos recursos. A massificação proveniente da classificação Unesco exige estratégias para minimizar os efeitos negativos que o fluxo turístico imprime no património. À deriva antrópica dever-se-á antepor uma barreira ética, como fundamentado no *Código Mundial de Ética do Turismo* da Organização Mundial do Turismo (WORLD TOURISM..., 1999).

O fomento do turismo científico e do desenvolvimento comunitário sustentável no Médio Tejo assenta na proteção, valorização e dinamização do património cultural, com ênfase no património arqueológico e numa perspetiva de:

- i) dinamizar o turismo no território tendo em conta as boas práticas;
- ii) participar em atividades públicas ou privadas que se integrem no plano deste projeto;
- iii) reforçar a rede de parceiros;
- iv) realizar ações de cooperação com outras entidades que possam contribuir para este eixo;
- v) criar sinergias com os agentes locais;
- vi) contribuir para a continuidade da identidade territorial;
- vii) promover a criação de uma marca turística forte, assente no património e na cultura;
- viii) potenciar a vinda de novos públicos;
- ix) incrementar o número de visitantes e a despesa média / dia / visitante no território;
- x) estimular o empreendedorismo local;
- xi) contribuir para colmatar a sazonalidade turística.

A região do Médio Tejo apresenta um efetivo potencial arqueológico (ANASTÁCIO, MARTINS e OOSTERBEEK, 2020) e a dinâmica de desenvolvimento regional deve ser impulsionada pelo turismo enquanto singularidade territorial. Antevendo o referido potencial, e com base no estipulado por NUNES e SOUSA (2019a; 2019b), é necessário aferir o grau de perfeição dos recursos arqueológicos, no contexto indissociável de um processo de coerência territorial sustentado por diversos agentes do território e no âmbito da política pública. Conferir coerência territorial a um recurso ou conjunto de recursos arqueológico(s) tendencialmente perfeito(s) onde a produção e o consumo confluem num mesmo espaço, é contribuir para a construção de uma singularidade territorial. Estratégias de dinamização económica e social suportadas em singularidades territoriais têm um elevado potencial de concretização e de prossecução de objetivos de coesão, competitividade e sustentabilidade territorial. No quadro das políticas públicas, do qual deriva este projeto, a simbiose entre recursos arqueológicos tendencialmente perfeitos e um processo de coerência territorial ancorado na região do Médio Tejo permitirá alavancar a valorização do património arqueológico, da mera esfera individual para a esfera coletiva e institucional. A

preservação e a valorização de recursos culturais encontram na política pública – na perceção coletiva de valor individual – o seu melhor aliado. Este eixo validará o turismo arqueológico enquanto singularidade territorial, contribuirá para o seu fortalecimento numa ótica endógena, conferindo-lhe maior estabilidade face a eventuais choques externos tão frequentes neste setor da economia, e contribuirá sustentadamente para a emergência de dinâmicas de competitividade e de coesão territorial tão necessárias na comunidade do Médio Tejo. Em paralelo, há a intenção de identificar outros tipos de turismo que se praticam neste território (por exemplo, *“geocaching”*, percursos pedestres e para bicicleta todo-o-terreno, praias fluviais, observação de aves, ...), e de apontar estratégias para a divulgação do património regional que se encaixe nestas recentes dinâmicas.

O projeto pretende criar parcerias e sinergias com empresas privadas que atuem no território no âmbito do turismo, e tem o apoio de entidades governamentais como o Turismo Centro de Portugal e a Direção Geral do Património Cultural (Fig. 2). A interface com o tecido empresarial permitirá a construção de instrumentos económicos de valorização territorial.

As atividades inerentes à operacionalização deste eixo no contexto do turismo e do desenvolvimento comunitário estão relacionadas com:

- i) o desenvolvimento de redes de espaços de memória;
- ii) a consolidação da rede de percursos interpretativos e a definição / elaboração de novos percursos ou itinerários temáticos;
- iii) o estímulo à comercialização de artesanato regional e de produtos locais;
- iv) a promoção e realização de eventos (espetáculos, feiras, festivais) de recreação histórica de carácter participativo;
- v) a apresentação de gastronomia histórica;
- vi) o fomento do vídeo e do cinema arqueológico e a participação em festivais deste âmbito;
- vii) a criação de um passaporte arqueológico regional.

O projeto TURARQ está alinhado com o programa Bridges da Unesco, que promove ligações para integrar as humanidades, as ciências sociais e as perspetivas de conhecimento local e tradicional, recorrendo à investigação, educação e ações para a sustentabilidade global, desenvolvendo e coordenando respostas resistentes às mudanças ambientais e sociais em escalas locais e territoriais, contribuindo desta forma para o desenvolvimento comunitário de base territorial e paisagística.

2.6. COMUNICAÇÃO E MARKETING

Na atualidade, a comunicação sobre as dinâmicas territoriais é imprescindível, seja como estratégia de divulgação, seja como forma de posicionamento em diferentes domínios do seu desenvolvimento. Em qualquer dos casos, saber comunicar os recursos ou os elementos diferenciadores constitui uma vantagem competitiva. Nesse sentido, o

design tem papel fundamental em comunicar visualmente o conceito, identificar uma instituição face ao seu público ou utilizador, criando um elo credível entre estes intervenientes, quer na comunidade onde o projeto se insere, quer para divulgação no exterior daquela região. A divulgação dos recursos turísticos arqueológicos é importante para a sua promoção, conduzindo a um aumento da sua procura e, conseqüentemente, ao incremento no usufruto do território.

Numa outra perspetiva, a comunicação através do *design* traduz uma estratégia definida pelos territórios, visível pelo modo como se comunica, quando se comunica, onde se comunica e o que se comunica. A comunicação e o *design* é muito mais do que uma simples forma de transmitir informação ou conhecimento, dado constituir uma metodologia que alavanca uma estratégia que conduza à divulgação do património do Médio Tejo, consolidando-o num território de ciência, educação, cultura e conhecimento.

Este eixo tem como foco contribuir para a criação de uma marca forte, com potencial patrimonial e cultural, que se enquadre na região do Médio Tejo. Neste sentido, foi elaborada a marca gráfica associada ao projeto TURARQ, que se centra no turismo, na arqueologia e na paisagem (Fig. 5A).

A identidade gráfica do TURARQ nasce da fusão de duas ideias base. A primeira concetualiza o material (rocha) que suporta as figuras rupestres e se desenvolve verticalmente, quer exposto à superfície (topo do logótipo), quer oculto na sua parte subterrânea (base do logótipo). Neste contexto, o logótipo está hierarquizado em dois níveis separados por uma linha sinuosa que faz referência ao rio Ocreza, onde ocorrem importantes núcleos de figuras rupestres. No topo do logótipo surge “tur” (de turismo). A segunda ideia (base do logótipo) centrou-se no sítio de arte rupestre de Cobragança, localizado nas proximidades da povoação de Caratão (freguesia e concelho de Mação), onde surge a “*figura ovalada com uma linha traçada no meio*” (GARCÉS *et al.*, 2017) (Fig. 6). Esta gravura, que “*relembra uma impressão digital*” (identidade arqueológica) e tem uma

forma arredondada, serviu para criar o “Q” de “arq” (arqueologia). Individualmente, este “Q” serve de ícone do projeto TURARQ (Fig. 5B). A disposição gráfica dos elementos “tur”, a linha sinuosa e “arq” remete para um enquadramento territorial humanizado que se pode relacionar com a paisagem. A identidade gráfica tem o castanho (“bronze”) como cor principal, que se associa à época das gravuras rupestres pertencentes à Idade do Bronze e, também, a solo / sedimento / património arqueológico.

Este eixo tem como atividades principais:

- i) implementar um plano de divulgação e promoção do território, nomeadamente de festivais em áreas circundantes a sítios arqueológicos;
- ii) elaborar um plano de comunicação para a promoção e divulgação dos recursos arqueológicos e turísticos;
- iii) elaborar um plano de *marketing* para cada território que integra o projeto (por exemplo, utilizando as redes sociais e diferentes plataformas digitais);



FIG. 5 – Marca do projeto TURARQ na cor principal.

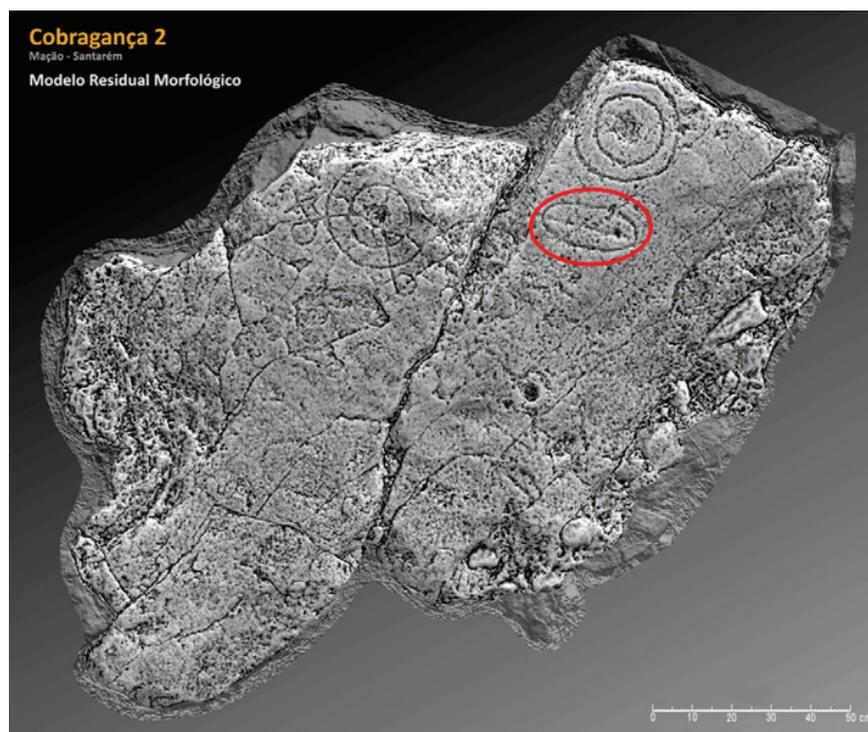


FIG. 6 – Modelo residual morfológico da rocha presente em Cobragança (Mação), onde ocorre a figura de arte rupestre (interior da oval vermelha) que inspirou o logótipo (GARCÉS *et al.*, 2017).

iv) divulgar o património natural e cultural existente, com particular enfoque no património arqueológico, promovendo a fruição, o conhecimento e a valorização dos recursos endógenos do território;
v) definir uma linha de *merchandising* que contribua para a apropriação dos objetivos do projeto (por exemplo, produtos endógenos, mascote, entre outros).

2.7. GESTÃO

Enquanto instrumento de orientação institucional, a gestão permite definir um conjunto de escolhas, delinear determinadas ações e definir o posicionamento desejado de um determinado projeto. Mas enquanto processo que recorre à análise, à formulação, à implementação, conjuntamente com a monitorização, a gestão possibilita sistematizar ideias, atividades e ações a executar pelo projeto.

A gestão de projetos requer e exige uma abordagem dinâmica e flexível (SOHI, BOSCH-REKVELDT e HERTOIGH, 2020). Esta flexibilidade representa o alicerce que envolve o turismo arqueológico e a fruição e conhecimento da paisagem, valorizando o intangível pelo seu significado histórico ou como chave para compreender a cultura e a sociedade da qual é expressão (ROSS e SAXENA, 2019).

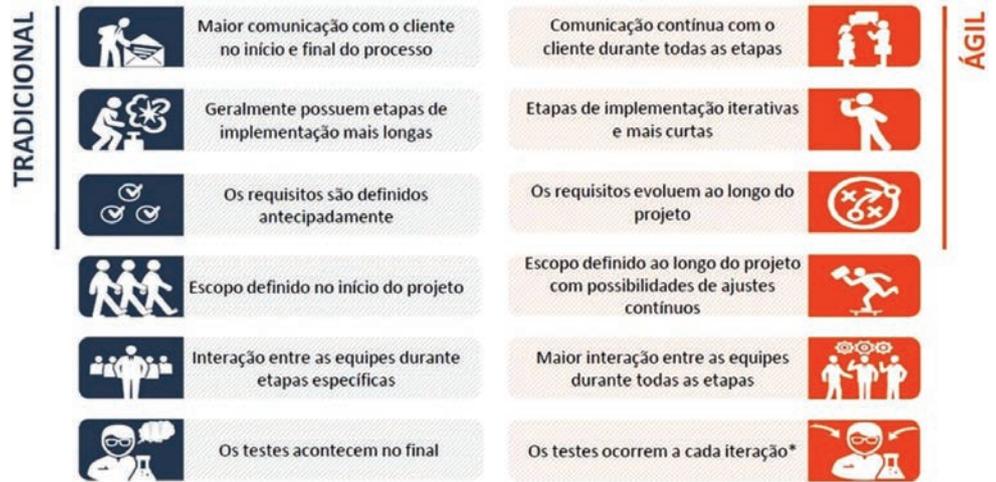


FIG. 7 – Comparação entre a gestão de projetos Ágil e a gestão tradicional (ver <https://tinyurl.com/4u5ywbxs>).

No presente projeto optou-se por uma gestão “*agile project*”, que assenta numa abordagem iterativa ao longo do ciclo de vida do mesmo (MARNADA *et al.*, 2022). Esta forma de gestão é reconhecida pela rápida melhoria e fácil adaptação à mudança, examinando os desafios e encontrando as melhores práticas e estratégias a ter em consideração. Não obstante ser uma abordagem comumente utilizada na conceção de *software*, o benefício de se poder ajustar à medida que o projeto vai avançado, confere maior flexibilidade ao nível da colaboração entre as diferentes áreas e partes envolvidas (Fig. 7).

A gestão de um projeto monitoriza a forma e o meio para alcançar os objetivos a que o mesmo se propõe. Este eixo prevê o acompanhamento e o controlo da execução dos restantes eixos que integram o projeto.

As atividades que concernem a este eixo estão relacionadas com contactos, organização e agendamento de eventos, submissão de apoios a financiamento, entre outras que contribuem para impulsionar a execução do mesmo.

A Fig. 8 apresenta a matriz de relações entre os sete eixos definidos no projeto TURARQ. Como exemplo, as atividades do eixo “Ciência e investigação” (ponto 2.2) relacionam-se com o “Inventário dos recursos arqueológicos” (ponto 2.1), dado que este serve igualmente como ferramenta de investigação, assim como a elaboração de um glossário de turismo arqueológico e uma base bibliográfica temática sobre este assunto.

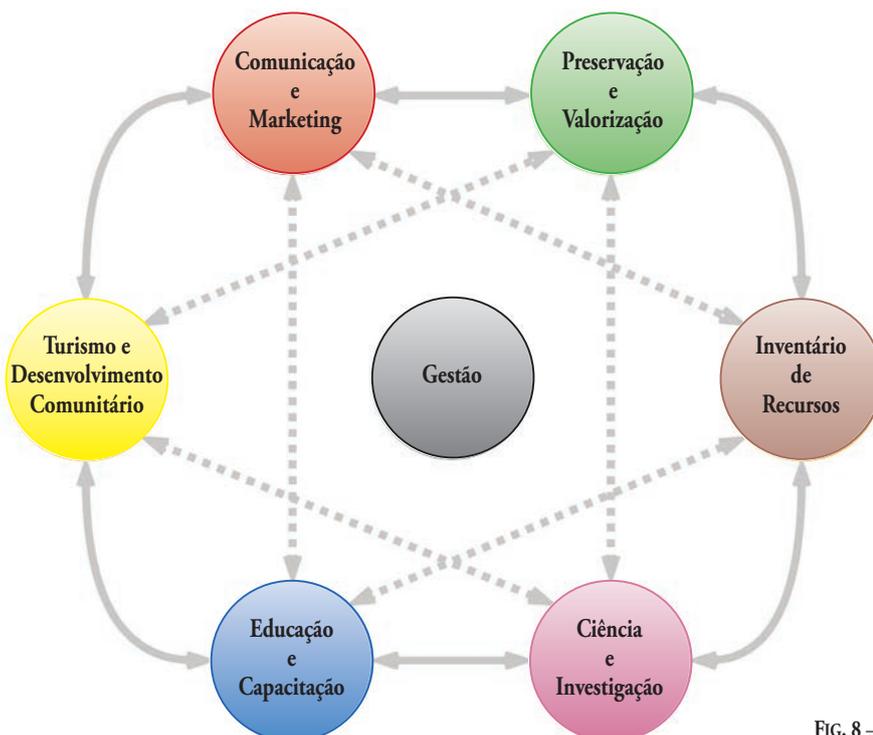


FIG. 8 – Matriz de relações entre os eixos do projeto.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo arqueológico sustentável em territórios de baixa densidade contribuirá para a promoção do interesse público na arqueologia e na conservação do património arqueológico (MELGAREJO e LÓPEZ, 2017). Para este fim, importa criar um modelo de ação que combine o inventário de recursos arqueológicos, a ciência e a investigação, a educação e a capacitação, o turismo e o desenvolvimento comunitário, a preservação e a conservação, a comunicação e o *marketing*, e a gestão de projetos em ambientes de turismo arqueológico.

A região do Médio Tejo incorpora municípios que estão classificados como de baixa densidade (Abrantes, Constância, Mação, Tomar e Vila Nova da Barquinha) e, neste contexto, o projeto proposto contempla um conjunto de atividades que poderão ser relevantes para a valorização do património arqueológico desses territórios, que representa mais de 90 % dos recursos patrimoniais da região, facultando o acesso ao património cultural e natural, aliado ao turismo científico, sem descuidar a necessária e contínua preservação dos respetivos bens patrimoniais, bem como a disponibilização de recursos digitais acessíveis nos mais diversos meios tecnológicos.

A atribuição de significado paisagístico ao património arqueológico classifica-o como um valioso recurso turístico, que pode ser utilizado para aumentar a atração dos recursos locais, mediante a criação de

narrativas criativas que integrem do património arqueológico tangível e intangível e convidem a uma maior participação do turista na co-criação de experiências (ROSS e SAXENA, 2019; MAUSER *et al.*, 2013), considerando que os sítios de natureza arqueológica podem também tornar-se num importante recurso turístico.

O projeto TURARQ, em implementação no âmbito do atual quadro de administração territorial, poderá ser expandido a outros territórios, de acordo com a mudança consignada na sugestão de criação de nova NUT II, que integrará as atuais comunidades intermunicipais “Lezíria do Tejo”, “Médio Tejo” e “Oeste”.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao projeto “Contratação de Recursos Humanos Altamente Qualificados - Territórios do interior - Entidades Não Empresariais do Sistema I&I” (CENTRO-04-3559-FSE-000158), financiado pelo Fundo Social Europeu e pelo Instituto Politécnico de Tomar. Trabalho financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), no âmbito dos projetos UID/00073/2020 (CGEO), UID/05488/2020 (TECH&ART) e UID/05567/2020 (Ci2). 

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Maria (2017) – “Territorial inequalities: depopulation and local development policies in the Portugal”. *AGER - Revista de Estudios sobre Despoblación y Desarrollo Rural*. Zaragoza, España. 22: 61-67. Disponível em <https://tinyurl.com/2um4asew>.
- ANASTÁCIO, Rita (2012) – “Sistema de Informação Geográfica para Gestão do Património: Caso Estudo do Médio Tejo”. *ARKEOS*. Tomar. 32: 81-88.
- ANASTÁCIO, Rita; MARTINS, Ana e OOSTERBEEK, Luiz (2020) – “Áreas de Potencial Arqueológico na Região do Médio Tejo: Modelo Espacial Preditivo”. In ARNAUD, José; NEVES, César e MARTINS, Andreia (eds.). *Arqueologia em Portugal, 2020 - O Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses e CITCEM, pp. 203-222. Disponível em <https://tinyurl.com/4zwep7ze>.
- BISCAIA, Ricardo; MELO, Ana; NATÁRIO, Maria; FERREIRA, Augusta; SANTOS, Carlos; DIAS, Dalila; GOMES, Gonçalo; AZEVEDO, Graça; MARQUES, Rui; ROCHA, Paula e DUARTE, Rúben (2021) – “Assessing the Impact of Tourist Activities on Low-Density Territories: The Case of the Historical Villages of Portugal”. In MARQUES, Rui Pedro; MELO, Ana Isabel; NATÁRIO, Maria Manuela e BISCAIA, Ricardo (eds.). *The Impact of Tourist Activities on Low-Density Territories: Evaluation Frameworks, Lessons, and Policy Recommendations*. Springer, CHAM, pp. 23-43 (*Serie Tourism, Hospitality & Event Management*).
- CHEUNG, Sidney (2013) – “From foodways to intangible heritage: a case study of Chinese culinary resource, retail and recipe in Hong Kong”. *International Journal of Heritage Studies*. Taylor & Francis Online. 19 (4): 353-364.
- CONSTANTIN, Silviu; TOULKERIDIS, Theofilus; MOLDOVAN, Oana; VILLACÍS, Marcos e ADDISON, Aaron (2018) – “Caves and karst of Ecuador: state-of-the-art and research perspectives”. *Physical Geography*. Taylor & Francis Online. 40 (1): 28-51.
- CUNHA, Licínio (2008) – “Avaliação do Potencial Turístico”. *COGITUR, Journal of Tourism Studies*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas. 1 (1): 21-39. Disponível em <https://tinyurl.com/4rz7h647>.
- DEVILLE, Pierre; LINARD, Catherine; MARTINS, Samuel e TATEM, Andrew (2014) – “Dynamic population mapping using mobile phone data”. *PNAS - Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*. 111 (45): 15888-15893. Disponível em <https://tinyurl.com/3ktj2res>.
- FITZ, Paulo (2008) – *Geoprocessamento Sem Complicação*. São Paulo: Oficina de Textos.
- GARCÉS, Sara; GOMES, Hugo; MOLEIRO, Vera; HUGO, Pires; JOAQUIM, Flávio; PEREIRA, Anabela e OOSTERBEEK, Luiz (2017) – “Uma Abordagem «Multi-Proxy» Aplicada à Conservação do Sítio de Arte Rupestre de Cobragança, Mação, Portugal”. In ARNAUD, José e MARTINS, Andrea (ed.). *Arqueologia em Portugal, 2017 - Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1085-1096. Disponível em <https://tinyurl.com/yazsx3zv>.
- GEISSDOERFER, Martin; SAVAGET, Paulo; BOCKEN, Nancy e HULTINK, Erik (2017) – “The circular economy: A new sustainability paradigm?”. *Journal of Cleaner Production*. Science Direct. 143: 757-768.
- HALL, Colin (2019) – “Constructing sustainable tourism development: The 2030 agenda and the managerial ecology of sustainable tourism”. *Journal of Sustainable Tourism*. Taylors & Francis Online. 27 (7): 1044-1060.

- HYSÁ, Eglantina; KRUIJA, Alba; REHMAN, Naqeeb e LAURENTI, Rafael (2020) – “Circular economy innovation and environmental sustainability impact on economic growth: An integrated model for sustainable development”. *Sustainability*. MDPI Journals. 12 (12): 4831. Disponível em <https://tinyurl.com/d87wubv3>.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2022) – *Estatística do Turismo - 2021*. Lisboa: INE.
- LI, Yunpeng; HU, Clark; HUANG, Chao e DUAN, Liqiong (2017) – “The concept of smart tourism in the context of tourism information services”. *Tourism Management*. Science Direct. 58: 293-300.
- LOPES, Eunice; ARAÚJO-VILA, Noélia; PERINOTTO, André e CARDOSO, Lucília (2022) – “Tourism and Land Planning in Natural Spaces: Bibliometric Approach to the Structure of Scientific Concepts”. *Land*. MDPI Journals. 11 (11): 1930. Disponível em <https://tinyurl.com/azdm7wxw>.
- MARNADA, Primadhika; RAHARJO, Teguh; HARDIAN, Bob e PRASETYO, Adi (2022) – “Agile project management challenge in handling scope and change: A systematic literature review”. *Procedia Computer Science*. Science Direct. 197: 290-300. Disponível em <https://tinyurl.com/mvxt3sf7>.
- MAUSER, Wolfram; KLEPPER, Gernot; RICE, Martin; SCHMALZBAUER, Bettina; HACKMANN, Heide; LEEMANS, Rik e MOORE, Howard (2013) – “Transdisciplinary global change research: the co-creation of knowledge for sustainability”. *Current Opinion in Environmental Sustainability*. Science Direct. 5 (3-4): 420-431. Disponível em <https://tinyurl.com/bdefyj6y>.
- MELGAREJO, Alberto e LÓPEZ, Ignacio (2017) – “Relationship between Tourism and Archaeology: Archaeological tourism, an independent tourism typology”. *PASOS: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*. Universidad de La Laguna, Canárias, Espanha. 15 (1): 163-180. Disponível em <https://tinyurl.com/bdefyj6y>.
- NETO DE CARVALHO, Carlos e RODRIGUES, Joana (2020) – “Naturtejo Unesco Global Geopark: The Culture of Landscape”. In VIEIRA, Gonçalo; ZÉZERE, José e MORA, Carla (ed.). *Landscapes and Landforms of Portugal*. Springer, pp. 359-375.
- NUNES, Sérgio (2019) – “Glamping knowledge: Building learning communities in Tomar through principles of circular economy”. In *Atas da XIV Conferência Semana da Gestão - Economia Circular*. Tomar, pp. 1-11.
- NUNES, Sérgio e COOKE, Philip (2021) – “New global tourism innovation in a post-coronavirus era”. *European Planning Studies*. Taylor & Francis Online. 29 (1): 1-19.
- NUNES, Sérgio e SOUSA, Vanda (2019a) – “Recursos Perfeitos, Turismo e Singularidades Territoriais: contributos para o desenvolvimento de uma linha de turismo científico na Golegã”. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*. Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional. 50: 27-47. Disponível em <https://tinyurl.com/36tp8cb4>.
- NUNES, Sérgio e SOUSA, Vanda (2019b) – “Scientific tourism and territorial singularities: Some theoretical and methodological contributions”. In RATTEN, Vanessa; ÁLVAREZ-GARCÍA, Jose e RIO-RAMA, Maria (eds.). *Entrepreneurship, Innovation and Inequality*. Routledge, pp. 28-51.
- NUNES, Sérgio; COOKE, Philip e GRILO, Helena (2021) – “Green-Sphere Circular Experiences and Well-Being Along the Road: Portugal from North to South”. In LEITÃO, João; RATTEN, Vanessa e BRAGA, Vitor (eds.). *Tourism Innovation in Spain and Portugal, New Trends and Developments*. Springer, CHAM, pp. 89-111 (*Serie Tourism, Hospitality & Event Management*).
- OOSTERBEEK, Luijz; FIGUEIRA, Luís; VENTURA, António; PEREIRA, Anabela; DELGADO, Cidália; MORAIS, Margarida; NICOLI, Maria; CURA, Pedro; CURA, Sara; GARCÉS, Sara e TEIXEIRA, Vitor (2020) – “Co-Construção e Socialização do Conhecimento para a Coesão Social Territorial”. *Nova Augusta*. Torres Novas. 32: 317-328.
- PARK, Eerang; MUANGASAME, Kaewta e KIM, Sangkyun (2021) – “We and our stories: constructing food experiences in a Unesco gastronomy city”. *Tourism Geographies*. Taylor & Francis Online. Disponível em <https://tinyurl.com/36tp8cb4>.
- PIOTROWSKI, John; AREZKI, Rabath e CHERIF, Reda (2009) – *Tourism specialization and economic development: Evidence from the Unesco World Heritage List*. Washington, DC, USA: International Monetary Fund. Disponível em <https://tinyurl.com/mrx2sy6h>.
- QUESADA-ROMÁN, Adolfo; TORRES-BERNHARD, Lidia; RUIZ-ÁLVAREZ, Maynor; RODRÍGUEZ-MARADIAGA, Manuel; VELÁZQUEZ-ESPINOZA, Gema; ESPINOSA-VEGA, Catalina; TORAL, Jaime e RODRÍGUEZ-BOLAÑOS, Hugo (2022) – “Geodiversity, Geoconservation, and Geotourism in Central America”. *Land*. MDPI Journals. 11 (1): 48. Disponível em <https://tinyurl.com/5n844xxk>.
- RAKITOVAC, Kristina; UROŠEVIĆ, Nataša e VOJNOVIĆ, Nikola (2019) – “Creating innovative tourism experiences through sustainable valorisation of archaeological heritage”. In *5th International Scientific Conference ToSEE - Tourism in Southern and Eastern Europe*. Vol. 5, pp. 1-15. Disponível em <https://tinyurl.com/ymlen42wm>.
- RICHARDS, Greg (2018) – “Cultural tourism: A review of recent research and trends”. *Journal of Hospitality and Tourism Management*. Science Direct. 36: 12-21.
- ROMAGNOLI, Marco (2019) – “Gastronomic heritage elements at UNESCO: problems, reflections on and interpretations of a new heritage category”. *International Journal of Intangible Heritage*. Unesco. 14: 158-171. Disponível em <https://tinyurl.com/nhapyhcd>.
- ROSS, David e SAXENA, Gunjan (2019) – “Participative co-creation of archaeological heritage: Case insights on creative tourism in Alentejo, Portugal”. *Annals of Tourism Research*. Science Direct. 79: 102790.
- SOHI, Afshin; BOSCH-REKVELDT, Marian e HERTOIGH, Marcel (2020) – “Four stages of making project management flexible: insight, importance, implementation and improvement”. *Organization, Technology and Management in Construction*. Zagreb, Croácia. 12: 2117-2136. Disponível em <https://hrcak.srce.hr/file/368299>.
- SOUSA, Paulo e FERNANDES, Sílvia (2007) – “Aplicação dos Sistemas de Informação Geográfica no Turismo”. *Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos. 42 (84): 105-118. Disponível em <https://tinyurl.com/yfs5t3hw>.
- STEFANAKIS, Alexandros e NIKOLAOU, Ioannis (2021) – *Circular Economy and Sustainability*. Elsevier. Vol. 2 - “Environmental Engineering”.
- NIKOLAOU, Ioannis E.; JONES, Nikoleta e STEFANAKIS, Alexandros (2021) – “Circular Economy and Sustainability: The Past, the Present and the Future Directions”. *Circular Economy and Sustainability*. Springer. 1: 1-20. [correção a este artigo no mesmo volume, pág. 783]
- UMBELINO, Glauco e MACEDO, Diego (2008) – “Utilização de Sistemas de Informação Geográficos (SIGs) na Validação de Informações Censitárias na Escala Intra-Urbana”. In *Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu, MG, Brasil, pp. 1-16. Disponível em <https://tinyurl.com/2u55nhz4>.
- WORLD TOURISM ORGANIZATION (2018) – *Tourism and Culture Synergies*. Madrid: UNWTO. Disponível em <https://tinyurl.com/yc3nrfjh>.
- WORLD TOURISM ORGANIZATION (2019) – *Global Code of Ethics for Tourism*. Chile: UNWTO. Disponível em <https://tinyurl.com/vspaxpt>.

[todas as ligações à Internet apresentadas estavam ativas em 2023-06-14]